

Digitalização, transição energética e internacionalização das Instituições de Ensino Superior



Vitor Santos
Professor
Catedrático
do Instituto
de Economia
e Gestão da
Universidade
Técnica de Lisboa;
Presidente do
Conselho Geral
do Instituto
Politécnico de
Castelo Branco

Os constrangimentos orçamentais crescentes e a evolução negativa da procura de alunos em consequência das tendências demográficas suscitam preocupações compreensíveis e uma reflexão profunda sobre a reforma das instituições do ensino superior. Um contributo para esta reflexão passa pela identificação, a título ilustrativo, de algumas tendências pesadas de longo prazo e do seu potencial impacto no ensino superior.

A chamada Indústria 4.0 tem como elementos catalisadores a digitalização da economia e da sociedade, a valorização da sustentabilidade, o reforço e a consolidação das energias renováveis, o efeito impulsionador da inovação e do conhecimento e a globalização crescente dos diferentes ecossistemas económicos e sociais. Por isso mesmo, vamos fazer uma referência breve a estes temas neste artigo: a digitalização, a transição energética e a internacionalização do ensino superior.

De acordo com o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade em 2018, Portugal posiciona-se muito próximo da mediana da União Europeia embora necessite de melhorias ao nível das competências digitais e da cobertura de banda larga rápida. Trata-se claramente de duas áreas em que existem fortes assimetrias entre o litoral e o interior que urge minimizar.

O Incode 2030 é um programa integrado do Governo que visa promover as competências digitais para Portugal tendo em vista a superação dos seguintes desafios:

- Garantir a literacia e a inclusão digitais para o exercício pleno da cidadania;
- Estimular a especialização em tecnologias e aplicações digitais de forma a assegurar a empregabilidade e a competitividade;
- Garantir uma forte participação nas redes internacionais de I&D e de produção de novos conhecimentos nas áreas digitais.

A globalização progressiva e a digitalização têm vindo a conduzir a uma diminuição do ciclo de vida dos produtos, a um ritmo crescente da mudança tecnológica e às reorganizações profundas do trabalho e da produção.

Por isso mesmo, os sistemas de educação e formação devem preparar os alunos para uma carreira e não para um emprego para a vida, estimulando as aptidões para a mudança. O ritmo da mudança nas qualificações é cada vez mais acelerado e, em consequência, as qualificações necessárias mudam rapidamente. Tal significa que os trabalhadores terão que atualizar as suas competências com frequência ao longo das suas carreiras.

Este é um grande desafio para o qual os sistemas de educação parecem não estar ainda suficientemente preparados. Mas, para que tal aconteça, é necessário que exista uma postura pró-ativa e um trabalho de parceria em rede por parte dos diferentes atores, sejam eles empresas, estruturas associativas, agências públicas ou instituições de ensino e investigação.

O contexto atual está também muito marcado pela transição energética que visa responder à seguinte questão: como podemos satisfazer a crescente procura de energia, nomeadamente nas economias em desenvolvimento, e simultaneamente procurar mitigar os efeitos resultantes das alterações climáticas? A resposta a este desafio passa pela eficiência energética, pela utilização crescente das renováveis e pela inovação e competitividade.

De acordo com um estudo aplicado a Portugal promovido por um consorcio universitário, o peso crescente das energias renováveis na geração de eletricidade tem efeitos acumulados até 2030 muito expressivos: criação de 100.000 postos de trabalho, um incremento no PIB de 5000 milhões de euros, uma redução dos custos do CO₂ correspondente a 4,4 mil milhões de euros, a redução das importações de combustíveis estimada em cerca de 22000 milhões de euros e uma redução na dependência energética de 8,4%.

Estes impactos traduzem-se em benefícios para todos os cidadãos mas a circunstância dos recursos endógenos estarem localizados nas regiões do interior do país significa que uma parte significativa destes efeitos se refletem em benefícios dos residentes nessas regiões. Para além disso, as alterações climáticas têm efeitos negativos na desertificação de algumas regiões do interior, na produção agrícola para já não falar na propagação de incêndios com reflexos tão negativos nas economias mais dependentes da silvicultura. Tal significa que o incremento das energias renováveis e a consequente redução dos níveis de emissão de CO₂ têm reflexos muito positivos na economia e no bem-estar dos residentes no interior do país.

Na sequência do desenvolvimento da energia eólica em Portugal, o solar fotovoltaico tem vindo a registar recentemente um crescimento expressivo em Portugal. O recente leilão solar fotovoltaico realizado em julho passado traduz bem esta dinâmica em Portugal. Trata-se de uma iniciativa inovadora que permite quase duplicar a capacidade instalada de energia solar com base num mecanismo de mercado que, em termos potenciais, permite reduzir os custos de produção de eletricidade. Deve referir-se que a Região Centro esteve muito bem representada nestes leilões, contribuindo com 36% da potência submetida à licitação. A valorização deste recurso endógeno terá certamente reflexos positivos na criação de emprego e no PIB desta região bem como na redução dos níveis de emissão de CO₂ e da dependência energética do país.

O Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), que foi recentemente submetido a consulta pública pelo Governo, será o principal instrumento da política energética e climática para a década 2021-2030, e tem subjacente a ambição e a determinação de Portugal para estar na vanguarda da transição energética, materializando-se em metas ambiciosas para 2030. Embora a capacidade de liderança, a visão estratégica e a qualidade das políticas nacionais sejam imprescindíveis, o envolvimento das pessoas, das empresas, dos centros de saber e das instituições do ensino superior parece ser uma pre-condição essencial para o sucesso da transição energética em Portugal.

A internacionalização das instituições do ensino superior é uma dimensão estratégica com reflexos na mobilidade de estudantes e professores, na capacidade de participar em redes globais do conhecimento e desenvolver e assegurar o financiamento internacional de projetos de I&D, permitindo ainda que as IES sejam protagonistas ativos na dinamização de ecossistemas de empresas inovadoras de base tecnológica. A internacionalização do ensino superior é uma tendência que

se verifica à escala global que tem sido acompanhada pelas instituições portuguesas. A OCDE estima que o número de estudantes internacionais crescerá de 4,5 milhões em 2012 para cerca de oito milhões em 2025.

Um dos temas que suscita preocupações às Instituições de Ensino Superior são as estatísticas demográficas. O envelhecimento demográfico confronta-nos com uma visão dramática para as próximas décadas. Na Região Centro, a taxa de variação média anual dos jovens com 18 anos tenderá a decrescer a uma taxa da ordem dos 2,5%, traduzindo-se numa variação negativa acumulada de 53%.

A correção expressiva desta dinâmica populacional depende do desenvolvimento de políticas públicas que contrariem o despovoamento do interior e que minimizem as assimetrias regionais. Mas as instituições de ensino superior poderão dar os seus contributos para atenuar os efeitos negativos destas tendências demográficas apostando na atração de alunos provenientes de mercados de países emergentes que registam taxas de crescimento da população elevadas e uma carência expressiva de recursos humanos e de infraestruturas de educação e formação. Cabe aqui referir que a escolha dos mercados alvo prioritários deve ter presente um conjunto de critérios multidimensionais que ponderem não apenas a procura por parte dos alunos mas também outras dimensões relevantes da internacionalização como sejam a investigação e inovação.

Tal como acontece com as empresas, as estratégias de internacionalização das IES são um processo longo e complexo que envolve alterações expressivas no modelo de funcionamento das instituições e que, por isso mesmo, não pode ser a resultante de ações pontuais ou da navegação à vista de costa, devendo ter subjacente um Plano de Ação de médio e longo prazo mobilizador que permita iluminar sobre o caminho a percorrer.